



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Porto Xavier
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**RELATORIO E PARECER DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AS AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE 2021.**

A Central do Sistema de Controle Interno do município de Porto Xavier-RS, atendendo ao que determina a Resolução nº 1.134/2020, art. 2º, IV, letra "I", do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, apresenta, na forma do abaixo disposto, o relatório sobre a gestão dos recursos vinculados às ações e Serviços Públicos de Saúde, no Exercício de 2021, destacando as atividades previstas e aquelas efetivamente executadas.

ORÇAMENTO

A Lei Orçamentaria Anual nº. 2.792 de 08 de dezembro de 2020 estimou a receita proveniente de arrecadação de impostos, transferências e Dívida Ativa Tributaria, em R\$ 25.631.200,00 (Vinte e cinco milhões, seiscentos e trinta e um mil com duzentos reais).

De acordo com o artigo art.77 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com a redação dada pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, o percentual a ser aplicado nas ações e Serviços Públicos de Saúde é no mínimo de 15%, equivalente a R\$ 3.844.680,00 (Três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil com seiscentos e oitenta reais).

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Analisando os gastos com as Ações e Serviços Públicos na Área da Saúde, constatamos que tendo por base as despesas liquidadas o Município despendeu, efetivamente, no Exercício financeiro de 2021, o montante de R\$ 4.805.160,08 (Quatro milhões, oitocentos e cinco mil, cento e sessenta reais com oito centavos), o qual representa 16,28% das Receitas Tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo o artigo 77 do ADCT, conforme demonstra a seguir:

a) Recursos vinculados conforme artigo 192, §2º, III da Constituição Federal.

Fonte	Arrecadação	Recurso vinculado 15%
Receitas tributarias	2.821.620,07	423.243,01
IPTU	926.024,41	138.903,66
ITBI	416.212,60	62.431,89
ISSQN	625.545,18	93.831,78
IRRF	853.837,88	128.075,68
Transferências da União	14.932.538,38	2.239.880,76
FPM	14.895.870,85	2.234.380,63
ITR	36.667,53	5.500,13
LC 87/96	0,0	0,0
Transferências da Estado	11.757.479,15	1.763.621,87
ICMS	9.995.030,40	1.499.254,56
IPVA	1.654.978,77	248.246,81
IPI/EXPORTAÇÃO	107.469,98	16.120,50
Soma	29.511.637,60	4.426.745,64

b) Aplicação dos Recursos:

Os gastos com Ações e Serviços Públicos na Área da Saúde, realizados pelo Município em 2021, compreendendo as despesas liquidadas na função 10- ASPS de acordo com os registros contábeis, a ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Porto Xavier
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

SUB-FUNÇÃO	Descrição	Valor liquidado
0301	Atenção Básica	1.267.897,71
0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.420.586,23
0305	Vigilância Epidemiológica	155.269,58
Total Liquidado		4.843.753,52

Obs.: A especificação das sub funções está de acordo com o previsto no orçamento do Município.

c) Despesas não computáveis:

Do liquidado na função 10 - Saúde deverão ser excluída as seguintes despesas uma vez que se referem a gastos não relacionados com Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme dispõe o art.8º da Portaria MS nº 2.047 de 05/11/2002.

302	Despesas com consórcios grupo 71	36.478,08
301	Despesa com rendimentos do ASPS	2.115,36
	Soma	38.593,44

d) Apuração do índice de aplicação dos recursos na saúde;

Especificação		Valor
01	Total das receitas vinculadas a saúde	29.511.637,60
02	Valor mínimo a ser aplicado na saúde 15%	4.426.745,64
03	Total das despesas liquidadas no ASPS	4.843.753,52
04	Despesas não computáveis (-)	38.593,44
	Valor aplicado	4.805.160,08
	Percentual aplicado no exercício	16,28%

Conclui-se que foram aplicados 16,28%, portanto 1,28% a maior que 15% do previsto no orçamento 2021.

e) Constituição do Fundo da Saúde:

Verificamos que o Poder Executivo constitui Fundo Municipal da Saúde, conforme a 1.134/97, CNPJ 14.097.425.0001-75, cujos recursos são fiscalizados pelo Conselho Municipal de Saúde, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 77 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias-ADTC.

Averiguamos que nos extratos bancários que estão ocorrendo às transferências obrigatórias para o Fundo Municipal de Saúde, incidentes sobre as receitas fiscais vinculadas à saúde.

f) Prestação de contas:

Foi efetuada a prestação de conta e encaminhado o relatório de gestão ao Ministério da Saúde mediante o encaminhamento quadrimestral da documentação para a Secretaria Estadual de Saúde, referente às verbas repassadas diretamente pelo Fundo Nacional e Estadual de Saúde para



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Porto Xavier
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

o Fundo Municipal de Saúde aos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, para a execução de programas e projetos específicos.

Foram realizadas as audiências públicas para avaliação das ações e gastos com saúde (Lei 8.080/90 e decreto nº 1651/95, art.9º). Verificamos que o SIOPS 2021 foi entregue ao FNS.

PARECER

Tendo em vista o exposto, e considerados os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, tem-se que o valor mínimo a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde, de acordo com as normas constitucionais e legais referidas, era de R\$ 4.426.745,64 (Quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais com sessenta e quatro centavos)

Por outro lado, de acordo com os demonstrativos das despesas, o Município realizou gastos computáveis como de aplicação dos recursos vinculados às ações e Serviço Públicos de saúde, no valor de R\$ 4.805.160,08 (Quatro milhões, oitocentos e cinco mil, cento e sessenta reais com oito centavos), montante que, confrontando com a receita de arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais RS 29.511.637,60, atingiu o percentual de 16,28% no Exercício de 2021.

Em análise ao RVE e anexo modelo 9-Demonstrativo dos limites da RGF constatamos restos a pagar no ASPS, no valor de R\$ 101.229,77 processados mais restos não processados no valor de R\$ 52.299,92 somando R\$ 153.529,69 com cobertura financeira.

Diante do exposto, a Central do Sistema de Controle Interno emite parecer pela regularidade da gestão dos recursos vinculados ASPS.

Porto Xavier, 29 de março de 2021.


Aloisio Rafael Zimmer Junges
Responsavel C.S.C.I.